

HUMANISTARISMO, ABRIGAMENTO E MUDANÇAS URBANAS EM BOA VISTA/RR

HUMANITARIANISM, SHELTERING, AND URBAN CHANGES IN BOA VISTA/RR

João Carlos Jarochinski Silva ¹[0000-0002-9510-216X]

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR)
jcsilva98@hotmail.com

Resumo. O presente resumo discorre sobre a instalação dos abrigos da Operação Acolhida, em 2018, na cidade de Boa Vista, salientando serem espaços de práticas humanitárias ao mesmo tempo que, em relação à cidade, acabam por oferecer segregação e controle. A metodologia documental é utilizada para expor os motivos da instalação da Operação e como ela é organizada pelas autoridades brasileiras, em seus três eixos. Por meio da revisão bibliográfica, buscou-se conceitos fundamentais para a compreensão da realidade da cidade e dos abrigos. Por meio da observação e vivência desse contexto de abrigamento, são possíveis realizar análises e considerações que problematizam os abrigos e a forma como gerem as pessoas que residem nesses espaços e como se dá a relação desses abrigados com o restante do espaço urbano. Destaca-se que para esse resumo, o espaço urbano, sob a ótica de Henri Lefebvre, é o local de funcionamento das relações sociais cotidianas, permitindo-se o questionamento das mudanças espaciais oriundas da instalação dos abrigos

Palavras-chave: Operação Acolhida, Abrigamento, Boa Vista, Urbanismo, Humanitarismo

Abstract. This abstract discusses the installation of Operation Welcome shelters in 2018 in the city of Boa Vista, emphasizing that they are spaces of humanitarian practices while, in relation to the city, they also produce segregation and control. Documentary methodology is used to explain the reasons for the establishment of the Operation and how it is organized by Brazilian authorities along its three axes. Through bibliographic review, the study seeks fundamental concepts for understanding the reality of the city and the shelters. Observation and lived experience in this sheltering context make it possible to develop analyses and considerations that problematize the shelters and the way they manage the people who reside in these spaces, as well as the relationship between sheltered people and the rest of the urban space. For this abstract, urban space, from Henri Lefebvre's perspective, is understood as the place where everyday social relations function, allowing the spatial changes resulting from the installation of shelters to be questioned.

Keywords: Operation Welcome; Sheltering; Boa Vista; Urbanism; Humanitarianism

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade internacional venezuelana transformou-se, na última década, em um dos principais temas internacionais, principalmente na América do Sul, local de origem e de destino de boa parte dessas pessoas. Em virtude desse deslocamento, uma série de ações estatais nos locais de trânsito e destino passaram a ser desenvolvidas, as quais possuem efeito em todas as esferas de poder, alcançando inclusive as municipalidades. A proposta desse resumo é analisar os impactos urbanos da instalação dos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista, capital do estado de Roraima, Brasil, a qual é palco das principais medidas adotadas pelo Estado brasileiro em termos de recepção, documentação e, principalmente, abrigamento, trazendo impactos para a realidade urbana e as possibilidades de integração social e circulação pela cidade de Boa Vista dessas pessoas refugiadas e migrantes.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O resumo é pautado em informações obtidas revisão bibliográfica, análise de documentos e observação realizada pelo pesquisador que é um residente na cidade de Boa Vista desde o início da chegada mais expressiva, em termos numéricos, de pessoas venezuelanas. Em relação ao espaço urbano, seguimos a expressão de Henri Lefebvre (2006), que coloca os espaços urbanos como locais de funcionamento das relações sociais cotidianas, para, dessa forma, questionarmos as mudanças espaciais. O objetivo é demonstrar como essa ação humanitária brasileira acaba por determinar o nível de interação entre as pessoas refugiadas e migrantes desse espaço com o restante dos residentes

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

A chegada de pessoas venezuelanas a Roraima mais expressiva tem início em 2015. Os primeiros abrigos de Boa Vista datam de 2016, controlados pela Sociedade Civil e autoridades estaduais. Em 2018, o Poder Executivo Federal brasileiro assumiu a coordenação e gestão dessa mobilidade, estabelecendo o atendimento humanitário para essa população. Assim, no intuito de organizar a chegada desse grande número de pessoas no país, foi criada, em abril de 2018, a Operação Acolhida (Brasil, 2018; Jarochinski Silva e Albuquerque, 2021).

A Operação possui três eixos principais: ordenamento da fronteira (eixo de entrada com o objetivo de organizar a chegada dos refugiados e imigrantes), acolhimento (oferecimento de abrigo emergencial para as pessoas classificadas pela Operação como em situação vulnerável) e interiorização (que é a realocação voluntária de venezuelanos em municípios brasileiros que não são do estado de Roraima) (Jarochinski Silva, 2022, p. 48),

Em sua etapa de recepção, realizada na cidade de fronteira de Pacaraima e na capital Boa Vista, há uma estrutura de atendimento para realizar a recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem de todos aqueles que chegam do país vizinho. Depois dessa primeira ação, as pessoas em situação de vulnerabilidade, que tenham interesse, podem solicitar o serviço de acolhimento em um dos abrigos emergenciais oferecidos pela Operação. E, finalmente, também é oferecido um apoio com traslado (a partir de determinados critérios relacionados ao destino) para

aqueles que desejam continuar viagem para outros estados brasileiros através do processo de interiorização (Jarochinski Silva e Albuquerque, 2021; Brasil, 2023b).

Além da ação do Estado Brasileiro, as ações são desenvolvidas por meio de parcerias de com organismos intergovernamentais, da Organização das Nações Unidas (ONU), tais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no caso do abrigo, como entre entidades da Sociedade Civil que possui mais de uma centena de Organizações atuantes (Brasil, 2023a).

Além disso, há forte ação de entidades da Sociedade Civil, as quais atuam de forma coordenada com a Operação. São inúmeros acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração entre esses diversos agentes, visando a promoção de políticas e ações de assistência emergencial para acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente dessa mobilidade oriunda da Venezuela (Brasil, 2018). O Objetivo desse resumo é problematizar a

4 RESULTADOS

Um dos três eixos da Operação Acolhida é o abrigo, este que surge em virtude da vulnerabilidade social de parte das pessoas refugiadas e migrantes oriundas da Venezuela que, principalmente a partir de 2017, passaram a ocupar espaços públicos da cidade, como ruas e praças. Vale destacar que mesmo antes da Operação Acolhida, já em 2016, surge o primeiro abrigo, mas com a Operação há o incremento desses espaços, que resultam hoje a uma capacidade de abrigo de cerca de 8 mil pessoas em Boa Vista.

Destaca-se, que mesmo já possuindo 6 anos de política de abrigo, os abrigos continuam a serem vistos como temporários, resultando em dificuldades para esses espaços serem contemplados em ações para a promoção de serviços públicos, tais como transporte público, educação e saúde.

Como espaços que garantem a proteção mínima básica para a população migrante que adentra no Brasil em situação socioeconômica vulnerável, os abrigos realizam a importante função de ofertar um teto e de ser o espaço de oferecimento de alimentação e de ações das entidades que lá tem acesso, mas não há como negar que também se tornam ambientes eficazes para controlar esses migrantes e segregá-los de outros espaços da comunidade.

Apesar de não serem, muitas vezes, contemplados com políticas públicas para a inserção desses espaços na cidade, como o asfaltamento das vias de acesso, garantia da circulação de transportes públicos, esses espaços se tornam parte da cidade, mas de modo segregado, determinando quais são os espaços acessíveis a essas pessoas. Isso resulta em mudanças estruturais ou estéticas nesses locais e ao redor, já que também são estabelecidas regulamentações para o uso de outros espaços no âmbito da cidade em relação a essas pessoas.

Nisto também reside em parte a opção pelo modelo de abrigo implantado em Boa Vista, os quais também servem como “dispositivos de segregação espacial a demarcar a posição de não pertencimento daqueles que abrigam” (Zuzarte, 2023, p. 26). Os abrigos, como os campos de refugiados, são espaços que operam em um regime excepcional, com isso “permitem assim descartar, retardar ou suspender qualquer reconhecimento de uma igualdade política entre seus ocupantes e os cidadãos ordinários” (Agier, 2017, n.p.) no campo do direito à cidade, cumprindo assim um papel humanitário ao mesmo tempo em que se reforça a desigualdade dos seus ocupantes com a população que já residia naquele espaço.

5 CONCLUSÕES

Foi apresentado o contexto do surgimento da Operação Acolhida, principalmente em seu segundo pilar, que é o abrigo. Caracterizou-se esses espaços como locais de segregação e controle dos corpos, além de serem fatores de alteração espacial da localidade.

Essa dinâmica de exclusão e controle da inserção também se dá para outros grupos e ocorre em outras cidades brasileiras, com esses grupos permanecendo marginalizados pois impactados pela regulação urbana e definição de seus espaços. No caso de Boa Vista, as pessoas refugiadas e migrantes são esses marginalizados, contrariando a denominação acolhedora das políticas públicas construídas para esse público.

6 REFERÊNCIAS

1. AGIER, Michel. Um mundo de campos: a fábrica de indesejados. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, edição 118, maio, 2017. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-fabrica-de-indesejados>. Acesso em: 14 jun 2024.
2. BRASIL. **Lei 13.684/2018**, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113684.htm. Acesso em: 17 mai. 2024.
3. BRASIL. **A Operação Acolhida**, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida2#:~:text=A%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Acolhida%2C%20criada%20em,da%20Fronteira%2C%20Abrigamento%20e%20Interioriza%C3%A7%C3%A3o,2023a>. Acesso em 26 maio 2024.
4. BRASIL. **Operação Acolhida**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida#eixos>. Acesso em 24 abril 2024.
5. LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**, 2006. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-producao-do-espaço.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.
6. JAROCHINSKI SILVA, João C.. **Brasil: antes e depois da operação acolhida: uma análise à luz do deslocamento forçado no Brasil (2017-2022)**. Brasília, DF, Agência da ONU para Refugiados – ACNUR, 2022.
7. JAROCHINSKI SILVA, João C.; ALBUQUERQUE, Élysson. Operação Acolhida: avanços e desafios. **Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 47, 47-72, Brasília, 2021.
8. ZUZARTE, André. **As fronteiras da cidade: a integração de refugiados no espaço urbano**. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2023.